

PROCESSOS FORMATIVOS NO ENSINO SUPERIOR COM PESSOAS IDOSAS: A UNATI COMO POTENCIALIZADORA DA INCLUSÃO DIGITAL

FORMATIVE PROCESSES IN HIGHER EDUCATION FOR THE ELDERLY: UNATI AS AN ENABLER OF DIGITAL INCLUSION

PROCESOS FORMATIVOS EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR CON PERSONAS MAYORES: LA UNATI COMO PROMOTORA DE LA INCLUSIÓN DIGITAL

Pamela Porto de Freitas¹

Luciane Guimarães Batistella Bianchini²

Bernadete Lema Mazzafera³

Maria Clara Sampaio Rodrigues⁴

Resumo

As tecnologias digitais estão presentes nas diversas atividades cotidianas da sociedade, como é o caso da educação em nível superior com pessoas idosas. Embora os idosos não sejam uma geração que nasceu imersa nas tecnologias atuais, acabam por utilizá-las em razão do valor social delas, bem como pela facilidade de comunicação e interação que promovem. Entretanto, desafios podem ocorrer ao utilizarem esses recursos nos contextos formativos dos quais fazem parte. Assim, o presente artigo, caracterizado como pesquisa bibliográfica, tem como objetivo discutir a inserção da pessoa idosa no Ensino Superior, o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e o desenvolvimento de competências digitais para sua inclusão no mundo digital. A análise foi qualitativa e se dividiu em dois eixos temáticos: a) Educação para pessoas idosas no Nível Superior e b) Competências Digitais e a pessoa idosa em processos formativos. Os resultados indicaram: a demanda necessária de políticas para garantir o acesso e a permanência do idoso no Ensino Superior; o uso de estratégias educacionais para o desenvolvimento de competências digitais; a importância de investimentos na formação gerontológica dos professores, a fim de atuarem sem preconceitos e estereótipos junto aos idosos, sendo as UNATI (Universidades Abertas à Terceira Idade) contextos em potencial para a inclusão digital dos idosos.

Palavras-chave: educação em nível superior; envelhecimento; competência digital.

Abstract

¹Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7514-0724>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4079365544079690>. E-mail: pam.mga23@gmail.com

²Doutora em Psicologia e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3523-2752>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5845155455423598>. E-mail: lgbbianchini@uem.br

³Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Programa de Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5041-4629>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6239909137123007>. E-mail: bernadete.mazzafera@cogna.com.br

⁴Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-7699-9993>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7273008327814846>. E-mail: mcs.rodrigues@hotmail.com



Digital technologies play a significant role in various aspects of daily life, including higher education for older adults. Although older adults did not grow up immersed in modern technologies, they use them due to their social value and the ease of communication and interaction they provide. However, challenges may arise when these resources are used within the educational contexts they participate in. This article, based on a bibliographic study, discusses the inclusion of older adults in higher education, the use of Digital Information and Communication Technologies (DICT), and the development of digital skills necessary for their integration into the digital world. The analysis adopts a qualitative approach and is structured around two central themes: a) Education for Older Adults in Higher Education, and b) Digital Skills and Older Adults in Educational Processes. The findings highlight the urgent need for policies to ensure access and retention of older adults in higher education, the importance of implementing educational strategies to foster the development of digital skills, and the critical role of investing in gerontological training for educators to enable them to work free from prejudice and stereotypes when engaging with older adults. Additionally, UNATI (University Programs for Older Adults) emerge as potential contexts for the digital inclusion of older adults.

Keywords: higher education; aging; digital competence.

Resumen

Las tecnologías digitales forman parte de numerosas actividades cotidianas en la sociedad, incluida la educación superior dirigida a las personas mayores. Aunque los adultos mayores no crecieron inmersos en las tecnologías actuales, las utilizan debido a su valor social y a la facilidad que brindan para comunicarse e interactuar. Sin embargo, pueden enfrentar desafíos al emplear estos recursos en los contextos de aprendizaje en los que participan. Por ello, este artículo, caracterizado como una investigación bibliográfica, aborda la inserción de las personas mayores en la educación superior, el uso de las Tecnologías Digitales de Información y Comunicación (TDIC) y el desarrollo de competencias digitales para su inclusión en el mundo digital. El análisis, de carácter cualitativo, se organizó en dos ejes temáticos: a) Educación para personas mayores en la educación superior, y b) Competencias digitales y las personas mayores en procesos formativos. Los resultados destacaron lo siguiente: la necesidad de políticas que garanticen el acceso y la permanencia de las personas mayores en la educación superior; la implementación de estrategias educativas para el desarrollo de competencias digitales; y la importancia de invertir en la formación gerontológica de los docentes, a fin de que puedan trabajar sin prejuicios ni estereotipos con este grupo etario. En este contexto, las UNATI (Universidades para Personas Mayores) se presentan como espacios potenciales para la inclusión digital de las personas mayores.

Palabras clave: educación superior; envejecimiento; competencia digital.

Introdução

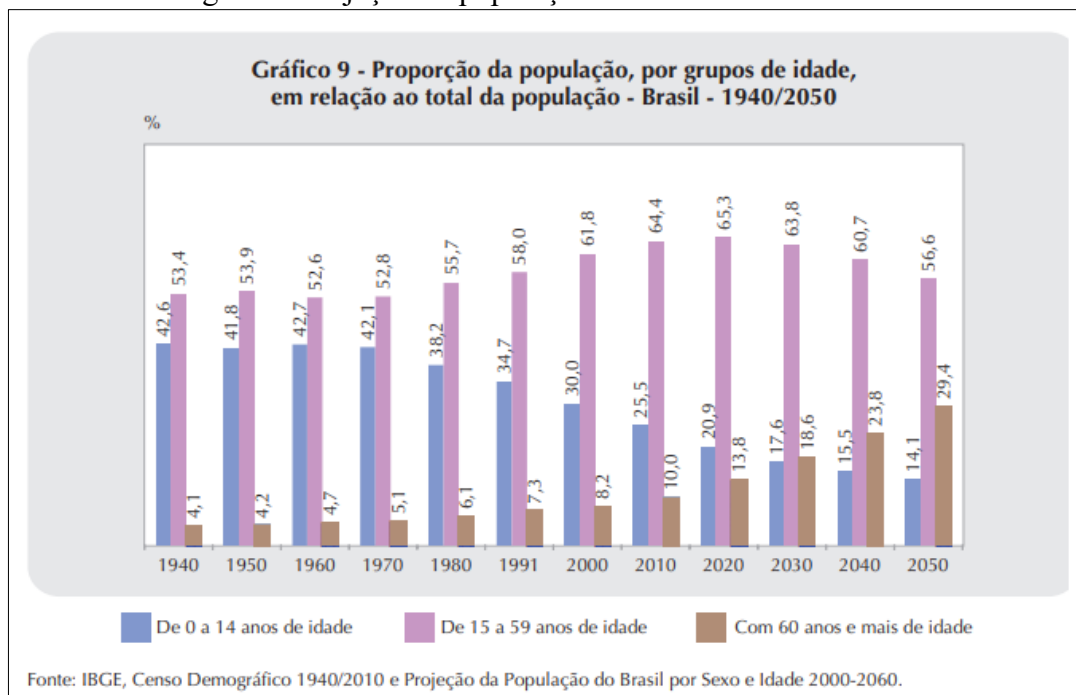
No decorrer da história da educação, é possível verificar que embates e desafios sempre estiveram presentes em relação ao seu acesso, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior (Tozoni-Reis, 2010). No caso do Ensino Superior, especificamente, torna-se importante considerar os dados do Censo Demográfico, pois indicam uma variedade na faixa etária dos estudantes que chegam às Universidades, configurando novos perfis, como é o caso do aumento da inserção da pessoa idosa no contexto dessas Instituições. Ou seja, o aumento da expectativa de vida, aliado à redução da taxa de natalidade, configura um novo perfil demográfico de estudantes, que demanda, por parte das Instituições de Ensino Superior (IES), uma reconfiguração que precisa levar em conta um cenário de novas perspectivas do idoso na sociedade.

Os dados do Censo Demográfico, realizado entre 1940 e 2020, indicaram que a população de 0 a 14 anos era superior à população com mais de 60 anos. No entanto, numa Revista Imagens da Educação, v. 15, n. 4, p. 65-85, out./dez. 2025. ISSN 2179-8427
<https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v15i4.75502>



projeção futura, essa frequência tende a se inverter a partir de 2030, quando o número de crianças passará a ser inferior ao de idosos, como expressam, a seguir, os dados da Figura 1.

Figura 1: Projeção da população brasileira de 2000 a 2050



Fonte: Simões (2016, p. 63).

Diante desse fato, instigam-se reflexões em relação à expectativa de vida da pessoa idosa e o lugar que a educação passa a fazer parte em suas vidas. O estudo realizado por Cachioni et al. (2017), por exemplo, demonstra que muitos idosos têm buscado pela universidade, seja por meio de programas educacionais, seja por outras formas; e quando inseridos em tais atividades, eles apresentam mais motivação, afetos positivos e bem-estar subjetivo.

Especificamente sobre as leis que preconizam o acesso à educação como um direito de todos, encontra-se o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003)⁵, o qual, por meio do art. 20, assegura a esse grupo de indivíduos o direito à educação e destaca ser dever do Estado criar condições para que isso se efetive. O art. 21 também afirma que: “O poder público criará oportunidades de acesso da pessoa idosa à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ela destinados” (Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022, p. 22).

⁵ Esta lei recebeu alterações por meio da Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022.

No contexto da educação para idosos, pode-se citar como exemplo a Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI), que não possui caráter profissionalizante. Seus princípios incluem colaborar com a qualidade de vida dos idosos, promover conhecimento e interação entre eles, valorizar seus saberes, desenvolver novas capacidades físicas, emocionais, intelectuais, integrar e incluir a pessoa idosa no espaço universitário.

Diversos autores, ao abordarem a UNATI e a pessoa idosa, mencionam a relevância das experiências universitárias que transcendem a formação teórica e proporcionam uma educação humanizada, promovendo a inclusão dos estudantes em um repertório de conhecimentos compartilhados culturalmente (Lindôso, Cammarota, Arginon, Gomes & Schwanke, 2011; Silva, Cachione & Lopes, 2012; Kissaki et al., 2012; Fernandes, 2020; Freitas & Carbello, 2023; Lopes, 2023).

Nesse viés, cabe elucidar que o início do século XXI foi marcado por diversas transformações, dentre as quais se destaca o âmbito das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). Essa revolução tecnológica, como apontam Castro, Figueiredo, Gonçalves e Silva (2015), impactou significativamente a educação. Prova disso, é que, atualmente, a construção do conhecimento se dá por meio de diversas ferramentas digitais, como aplicativos, plataformas e sites.

Ademais, a integração das TDIC na vida social traz consigo novos hábitos para aqueles que a utilizam em seu dia a dia. No entanto, há uma diferença entre os indivíduos que nasceram com as tecnologias digitais e os que foram inseridos nesse contexto.

Com base nessa premissa, Prensky (2001) utiliza o termo ‘nativo digital’ para se referir às gerações que nasceram inseridas na cultura das TDIC, considerando-a uma espécie de língua materna. Contudo, em relação aos imigrantes digitais, o autor explica que eles correspondem às gerações anteriores, ou seja, são pessoas que nasceram na era analógica e, portanto, essa seria a respectiva língua materna. Entretanto, o advento da tecnologia exige de todos, até mesmo dos sujeitos da era analógica, adaptação e um novo olhar para o uso das ferramentas que fazem parte da era digital.

Desse modo, Prensky (2001) assinala ainda, que a educação deve se organizar a fim de não se deter somente à linguagem dos imigrantes digitais, pois isso poderia limitar o aprendizado da geração mais jovem, visto que essa possui novos interesses e modos de

aprender. Assim, é necessário que o ensino como um todo adapte suas metodologias com o intuito de atender às demandas de aprendizagem tanto dos nativos quanto dos imigrantes digitais.

Esse fato se aplica ao ensino de idosos ou de classes intergeracionais, as quais, algumas vezes, apresentam conflitos entre si e no manuseio das TDIC. Sobre esse aspecto, Bianchini et al. (2023) destacam que as tecnologias digitais podem contribuir para amenizar os conflitos entre as gerações e constituírem um contexto de aprendizagem colaborativa, aproximando aqueles que possuem mais facilidade com os meios digitais aos que desejam ou necessitem aprender a utilizá-los.

Todavia, para que tanto os nativos quanto os imigrantes digitais possam usufruir das vantagens das TDIC, faz-se necessário que haja o desenvolvimento de competências digitais (CD), conforme explicam Silva e Behar (2019). Segundo as autoras, as CD se referem ao domínio tecnológico que mobiliza conhecimentos, habilidades e atitudes (CHA) na utilização dos vários recursos que o mundo das TDIC apresenta. Logo, embora muitos estudantes utilizem as ferramentas digitais em seu dia a dia, isso não significa que eles tenham o domínio do uso desses recursos de modo crítico, autônomo e efetivo. Complementando, Moresco e Behar (2013) afirmam que uma competência só se efetiva, se houver aprendizagem relacionada ao conhecimento em questão.

Especificamente sobre a geração dos imigrantes digitais, Slodkowski, Machado e Behar (2022) ressaltam o crescimento do público idoso no Brasil, bem como o interesse de muitos deles em aprender a utilizar as TDIC com autonomia. No entanto, percebe-se a falta de metodologias e estratégias que visem ao desenvolvimento de CD para eles. Prova disso é que, em sua pesquisa com idosos, as autoras verificaram várias competências necessárias para que eles possam realizar atividades com as ferramentas digitais. A conclusão do estudo indica “[...] a necessidade de o idoso ser fluente digitalmente ou, no mínimo, dominar conhecimentos tecnológicos básicos sobre a ferramenta utilizada [...]” (Slodkowski et al., 2022, p. 7).

Assim, torna-se importante construir novos sentidos para a utilização das TDIC em processos formativos com o idoso, a fim de criar estratégias efetivas, que lhes possibilitem o desenvolvimento das CD, visando sua autonomia no uso de tais recursos, seja para sua inserção, seja para sua atuação na sociedade como um todo.

Portanto, com base nas ideias até aqui apresentadas, chega-se ao questionamento que suscitou o presente artigo: Como promover o desenvolvimento de competências digitais em idosos que estão em processos formativos no Ensino Superior? Para responder a esse problema, o objetivo deste estudo consiste em discutir sobre a inserção da pessoa idosa no Ensino Superior, o uso das TDIC e o desenvolvimento de competências digitais para sua inclusão no mundo digital.

Método

A presente pesquisa é qualitativa caracterizada como bibliográfica realizada mediante a discussão de eixos temáticos que visaram responder a problemática que desencadeou o trabalho. Segundo Gil (2017), esse tipo de estudo busca responder à questão norteadora por meio da análise de materiais científicos de diversas naturezas, podendo ser impressos ou digitais.

Inicialmente, foram selecionados livros, artigos e algumas leis para discutir a “Educação para Pessoas Idosas no Nível Superior”, tais como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96 (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996); a Lei Nacional do Idoso nº 8.842/94 (Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994); a Resolução nº 034/2009-COU (Universidade Estadual de Maringá, 2009); e os estudos de Lima (1999); Chauí (2003); Schneider e Irigaray (2008); Vellas (2009); Santos (2010); Oliveira et al. (2016); Tarallo, Neri e Cachioni (2017); Bianchini et al. (2023); Freitas e Carbello (2023); Lopes (2023).

Na sequência, foram apresentados conceitos e definições sobre “Competências Digitais” e realizadas discussões sobre a pessoa idosa em processos formativos por meio dos estudos de: Perrenoud (1999); Prensky (2001); Martin (2008); Vellas (2009); Santos (2010); Machado e Behar (2015); Fantin (2016); Machado, Grande, Behar e Luna (2016); Paula (2016); Cachioni et al. (2017); Machado (2019); Silva e Behar (2019); Slodkowski, Akazaki, Machado e Behar (2021); Behar, Machado e Longui (2022); Slodkowski et al. (2022).

Educação para pessoas idosas no Nível Superior

A compreensão sobre o direito à educação em nível superior aos idosos perpassa o conhecimento da trajetória histórica e política de direito à educação básica aos adultos, uma vez que, para se chegar à universidade, é necessário percorrer a formação básica.

Ao longo dos anos, esse direito passou por diversas mudanças, avanços e retrocessos, chegando ao que se conhece hoje como Educação de Jovens e Adultos (EJA), a qual foi reconhecida como uma modalidade de ensino somente em 1996, a partir da LDB nº 9.394/96.

Desse modo, pode-se afirmar que a educação, de modo geral, enfrenta diversos desafios, mas ao se tratar dos adultos e idosos, esse panorama fica ainda mais difícil, pois esse público não teve seu direito garantido na idade regular por diversas situações e, quando adultos, esses sujeitos passam por muitas barreiras para finalmente conquistarem seu direito de ingressar em uma instituição escolar e nela permanecerem até sua entrada no Ensino Superior.

Nessa perspectiva, cabe evidenciar que a presença de adultos idosos no Ensino Superior tem se destacado como um fenômeno contemporâneo. Como apontam Oliveira et al. (2016), o perfil do idoso se transformou e a busca por formação acadêmica reflete um desejo de transformação social e de contribuir ativamente para a comunidade. A universidade, nesse contexto, configura-se como um ambiente potencial para a inclusão, uma vez que, na qualidade de organização social, ela busca cumprir o seu papel de atender a comunidade, possibilitando o cumprimento de demandas apresentadas pela população em que está inserida, independente das diferenças como cor, idade, entre outros (Oliveira et al., 2016).

Observa-se, portanto, a relevância da universidade como um agente transformador na inclusão dos idosos na sociedade, especialmente no que diz respeito ao acesso e à utilização das tecnologias digitais. A legislação brasileira, em particular, a Lei Nacional do Idoso (Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, p. 11-12), assegura o direito à educação para essa população, em seu artigo 10º, inciso III, estabelece:

III - na área de educação:

- a) adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso;
- b) inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis do ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto;
- c) incluir a Gerontologia e a Geriatria como disciplinas curriculares nos cursos superiores;
- d) desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;
- e) desenvolver programas que adotem modalidades de ensino à distância, adequados às condições do idoso;
- f) apoiar a criação de universidade aberta para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber [...].

No âmbito do Ensino Superior, então, a legislação propõe a criação de Universidades Abertas à Terceira Idade, o que se compreende como positivo. No entanto, os currículos e materiais devem ser adaptados, a fim de atender às peculiaridades deste público e, assim, possibilitar, não só o acesso do idoso à universidade, como sua permanência e conclusão.

As Universidades Abertas à Terceira Idade, as quais não têm caráter profissionalizante e não possuem exigências de escolaridade, podem possibilitar integração, diálogo, valorização, novos conhecimentos, interesse em aprender e compartilhamento de saberes. Em sua proposta de formação, contempla-se o estudo de disciplinas curriculares e a participação em diversos projetos realizados pelos docentes da instituição, integrando os unatianos, acadêmicos de cursos de graduação e pós-graduação (Freitas & Carbello, 2023).

Segundo Chauí (2003), a universidade surgiu com o propósito de romper com o controle imposto pela religião e pelo Estado, a fim de seguir seus próprios princípios. A partir das lutas sociais, a universidade passou a ser associada à democracia e à democratização do saber. Fundamentada nesses princípios e em resposta às demandas da época a primeira Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI) foi criada por Pierre Vellas, em 1973, na Universidade de Toulouse, França (Vellas, 2009).

No Brasil, conforme Lima (1999), as primeiras iniciativas para a terceira idade ocorreram em 1966 e foram organizadas pelo Serviço Social do Comércio (SESC), sendo centradas no lazer. Essas ações passaram a ter cunho educativo apenas a partir de 1977, quando foi inaugurada a Primeira Escola Aberta à Terceira Idade, em Campinas-SP, aproximando o conceito da abordagem francesa. Ainda, segundo o autor, na década de 1980, foi instituída a primeira UNATI brasileira na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).

Inspiradas nesse modelo pioneiro, as UNATIs se disseminaram pelo Brasil, cada qual com seus traços, mas todas com o objetivo comum de acolher, valorizar e contribuir para a qualidade de vida dos idosos. Idealizada pela professora Regina Taam e pelo professor Cláudio Stieltjes, foi instituída em 14 de dezembro de 2009⁶, a UNATI da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Entre os conteúdos ministrados, Lopes (2023, p. 54) destaca: “[...] música, teatro, pintura, escultura, grupos de leitura (sobre filosofia, história etc.), grupos de conversa, palestras,

⁶ Por meio da Resolução nº 034/2009-COU.

eventos acadêmicos, eventos sociais, informática e outros”. Assim, o referido autor assevera que a UNATI não é um ambiente fértil somente para o crescimento dos idosos, mas também para a área da pesquisa e para a formação dos futuros docentes dos diversos âmbitos do conhecimento.

Para se tornar unatiano, é necessário ter idade igual ou superior a 60 anos e ser assíduo nas atividades. São oferecidos cursos de diversas áreas, os quais podem ser escolhidos livremente pelos idosos, sendo todos gratuitos respeitando esse princípio da universidade pública. Eles são divididos nos seguintes eixos temáticos: Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes; Outros/Cidades Inteligentes (UEM, 2023).

Em sua pesquisa, Lopes (2023) demonstra que o número de inscrições realizadas na UNATI-UEM, no período de 2018 a 2022, apresentou um aumento, revelando que há uma constante busca pelo acesso a esse programa. De acordo com o autor, mesmo durante o período da pandemia, a procura continuou demonstrando que a UNATI possui um papel substancial para os idosos. Lopes (2023) corrobora, ainda, afirmando que os idosos possuíam a necessidade de contato humano antes de ingressarem na UNATI, sendo o desejo de não estar sozinho a principal razão para adentrarem no programa. Em outras palavras, sentir-se incluído e pertencente a um grupo de iguais se mostra como primordial para que os idosos possam viver essa etapa da vida de maneira saudável e plena.

[...] Expressões como “fazer parte de”, “vontade de”, “conversei com”, dentre outras constantes nas frases apresentadas, apontam para a necessidade de conviver com os seus iguais, de ter acesso a um ambiente em que possam trocar experiências e continuar as suas vidas após a aposentadoria, fase da vida tida como final, mas que, conforme já vimos neste trabalho, essa fase da vida é longa e demanda outras atividades e interesses por parte do idoso, ao requerer a construção de novos conhecimentos (Lopes, 2023, p. 150-151).

Ainda viabiliza experiências intergeracionais, que contribuem para o desenvolvimento de atitudes empáticas e respeitadas entre as gerações. Além de corresponder a um processo formativo para os idosos, também passa a ser para os acadêmicos e professores que interagem com eles, ao receberem o desafio de rever e adaptar as suas práticas (Tarallo et al., 2017; Bianchini et al., 2023).

Como salientam Freitas e Carbello (2023, p. 2), “[...] A interação com outras pessoas e o sentimento de pertencimento a um grupo são primordiais para que o idoso se sinta valorizado e possa transmitir os saberes que acumulou ao longo de sua vida [...]”. Nesse viés, cabe lembrar que transmitir conhecimentos e memórias consiste em funções que os idosos exerciam em sociedades antigas, todavia, essas práticas ainda se configuram como uma necessidade dos idosos. Mas, para que essa experiência seja plena e profícua, é preciso que haja um lugar que possibilite o compartilhamento e a acolhida desses saberes, além de políticas que garantam a continuidade e a ampliação desses programas.

A UNATI também traz contribuições para a inclusão da pessoa idosa no âmbito digital, pois coloca o idoso em contato com diversas ferramentas digitais como *smarthphones*, computadores, *tablets*, *notebooks*, *mouse*, além de plataformas como sites de busca, aplicativos de comunicação, entre outros. Esse convívio, amplia o universo de vivência, de aprendizado e de interação social dessas pessoas que, muitas vezes, não possuem acesso ao conhecimento e a esses recursos.

Em 2022, Lopes (2023) descreve que havia 26 inscritos no curso de *Photoshop* Avançado; 29 no curso de *Photoshop* Básico; e 25 no curso de *Smartphone*. Esses cursos, ofertados pela UNATI-UEM, possibilitaram aos idosos o acesso ao conhecimento sobre as tecnologias digitais, e sua inclusão.

Competências Digitais e a pessoa idosa em processos formativos

No mundo globalizado, há um grande número de informação, avanços tecnológicos e científicos, os quais evidenciam as desigualdades sociais a partir do momento em que nem todos têm acesso a essas produções. Sobre esse cenário repleto de informações a todo o momento, Vellas (2009, p. 72) afirma que

[...] em uma sociedade organizada para produzir, numa sociedade em que a aquisição dos conhecimentos deve ser renovada para ser adaptada às novas necessidades da técnica, o idoso que não renovou seu saber só dispõe da experiência que não é mais útil porque é antiga e, portanto, ultrapassada. Esse homem é rejeitado, desqualificado. Organizando o tempo e seccionando assim as gerações, o homem agravou os conflitos de gerações que constituem uma tensão social suplementar entre todas aquelas que a sociedade industrial provoca [...].

A evolução tecnológica trouxe profundas transformações na sociedade, tanto positivas como negativas. Nesta pesquisa, aponta-se para uma inclusão tecnológica digital saudável, que possibilite a ampliação de conhecimentos, as interações diferenciadas, a autonomia, entre outras habilidades e vivências essenciais aos idosos. Todavia, a tecnologia trouxe algumas consequências negativas que podem afetar diretamente o modo como a velhice é considerada. E a ausência de ações políticas e educativas que possibilitem melhor qualidade de vida aos idosos, sua inclusão e formação digital crítica pode intensificar preconceitos.

Diante disso, nota-se a preocupação em proporcionar uma educação crítica aos idosos, para que possam reconhecer seus direitos. Para isso, eles podem utilizar as TDIC de maneira consciente e a seu favor.

Prensky (2001), como já citado, utilizou os termos imigrantes e nativos digitais para se referir às pessoas que foram inseridas no mundo digital e às que nasceram nessa sociedade. Fantin (2016) promove uma discussão sobre esses termos, argumentando que eles podem trazer a ideia de distanciamento entre os mais jovens e os mais velhos. Com efeito, eles tendem a constituir o estereótipo de que os idosos não sabem ou têm muita dificuldade de manusear as tecnologias digitais, ao passo que as crianças e os jovens teriam um ótimo desempenho nessas atividades.

Todavia, Fantin (2016) observou em sua pesquisa, que, em alguns casos, os mais velhos possuem interesse nas tecnologias digitais e procuram utilizá-las de maneira funcional. E os mais jovens, por sua vez, não sabem utilizar as ferramentas de forma crítica e funcional, demonstrando a ausência de competências digitais.

Nesse caminho, insta salientar que este estudo, a fim de destacar as diferenças nas formas de interação com a tecnologia, utiliza os termos “imigrantes digitais”, para designar aqueles que se adaptaram ao mundo digital após sua criação, e “nativos digitais”, para aqueles que nasceram imersos em um ambiente permeado por tecnologias digitais.

Cabe salientar que a generalização não deve ser feita em estudos da área social e humana, pois cada indivíduo é único e os dados são subjetivos. Com isso, sabe-se que os níveis de interação, de desenvoltura, de interesse e de oportunidades em manusear e ter contato com as tecnologias digitais variam independentemente da idade.

A esse respeito, Behar et al. (2022) expõem que o termo *competência* possui o mesmo significado de *competição*, no sentido etimológico. Isso provoca deformidades de compreensão na área educacional. No entanto, neste trabalho, considera-se o sentido dado por Perrenoud (1999), de que a competência é a capacidade de resolver problemas, por meio do conhecimento, mas não limitando-se a ele.

Assim, defende-se que a competência não se refere a esquemas mentais simples, mas complexos, pois para ser competente em algo, deve-se, antes de tudo, conhecer e dominar determinado saber (Perrenoud, 1999). Ademais, a cada fase da vida, há novas demandas que exigem novas competências, cada vez mais sofisticadas e complexas.

Na mesma linha de entendimento, Silva e Behar (2019) explicam que as CD são formadas pelos Conhecimentos, Habilidades e Atitudes (CHA), objetivando solucionar problemas por intermédio dos meios digitais. Os conhecimentos se referem ao *saber*, às habilidades em *saber fazer* e às atitudes ao *saber ser*. A esse respeito, Behar et al. (2022, p. 391) salientam que:

[...] *conhecimento* é o elemento que corresponde ao saber do indivíduo sobre uma determinada situação ou um problema. A *habilidade* refere-se a esquemas já construídos e aplicados nas situações do dia a dia do sujeito e, portanto, não exige novas reflexões. Está associada ao saber fazer ou à capacidade adquirida para aplicação de procedimentos, técnicas e metodologias. Já a *atitude* considera os valores e crenças para a tomada de posição e de decisão sobre como, quando e de que forma se manifesta, pensa ou age para responder sobre algo ou determinada situação. É através da atitude que o indivíduo decide qual a melhor ação, modos de enfrentar um problema e de como superá-lo. Dessa forma, esse elemento está relacionado ao saber ser em que as motivações, as intenções, as vontades, os desejos e os sentimentos do indivíduo são respeitados no momento da ação (Behar et al., 2022, p. 391, grifos das autoras).

Sobre tal questão, Machado et al. (2016) apontam a importância de olhar para o uso das tecnologias digitais, inclusive no campo educacional, e de atentar para os aspectos pedagógicos da inclusão digital com idosos e não somente para as questões técnicas. Isso deve ocorrer, pois as competências digitais são ferramentas fundamentais para solucionar problemas e instigar novos saberes. Logo, para que isso ocorra, as autoras asseveram que são necessárias três competências específicas e fundamentais: alfabetização digital, letramento digital e fluência digital.

De acordo com Frade (2025), o termo alfabetização digital se refere à habilidade de ler e escrever em aparelhos digitais. Em seguida, conforme Machado et al. (2016, p. 606), a Revista Imagens da Educação, v. 15, n. 4, p. 65-85, out./dez. 2025. ISSN 2179-8427
<https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v15i4.75502>



expressão letramento digital se relaciona a “[...] pesquisa, avaliação, reflexão e criticidade das informações disponíveis na internet, bem como o uso das ferramentas digitais”. Por fim, de acordo com as referidas autoras, a fluência digital é a competência que reúne tanto a alfabetização quanto o letramento. Ou seja, para ser fluente digitalmente, é preciso ser capaz de ler e escrever nos aparelhos digitais, usar essas ferramentas, além desenvolver criticidade para navegar no mundo virtual.

Diante do presente debate, considera-se que, no atual contexto social, a educação deve incluir os idosos em suas discussões de forma mais incisiva, considerando a gerontologia educacional, a qual é definida por Machado (2019, p. 31) da seguinte maneira:

A gerontologia educacional tem por objetivo não apenas considerar quais e que estratégias são mais adequadas aos idosos, mas também discutir sobre a formação dos profissionais que irão trabalhar com o público. Outra preocupação da área é como incluir, na educação formal, aspectos que possibilitem discussões sobre o processo de envelhecimento, como disciplinas, formações etc. Desta forma, com a gerontologia educacional é possível uma constante busca sobre os aspectos que permeiam o envelhecimento e, portanto, o autoconhecimento e a compreensão sobre o processo.

Nessa conjectura, acredita-se que a educação é, então, potencializadora da inserção e do desenvolvimento de aprendizados que envolvem o comunicar, até mesmo no caso das pessoas idosas que estão inseridas em contextos formativos do Ensino Superior que utilizam as TDIC. A relação entre o Ensino Superior e a pessoa idosa é apontada por diversos autores, como Vellas (2009), Machado e Behar (2015), Cachioni et al. (2017). Mas, para que isso se efetive, é fundamental que os professores estejam capacitados para atuar com as demandas e especificidades do seu alunado.

Ao mencionar sobre tecnologia, Machado e Behar (2015) explicam que a sua função social mudou ao longo do tempo, visto que, em um primeiro momento, ela foi usada na produção, ou seja, no campo do trabalho. Todavia, ela transitou para a esfera do lazer e possibilitou o entretenimento e a ampliação da comunicação.

Nesse contexto, Slodkowski et al. (2021, p. 806) assinalam que a conjectura atual é de aumento da expectativa de vida e do uso das tecnologias, assim, “[...] existe uma parcela de idosos que demonstram interesse em aprender a utilizar essas tecnologias digitais, visto que estão presentes em seu cotidiano [...]”. Logo, faz-se imprescindível o desenvolvimento de

competências digitais, a fim de que eles possam manusear as ferramentas com autonomia e segurança, podendo ser capazes de resolver problemas do cotidiano.

Como já suscitado neste texto, o direito à educação é de todos, inclusive dos adultos. Entretanto, a legislação educacional, como a LDB nº 9.394/96 não se atenta especificamente ao público idoso. Da mesma forma, as pesquisas na área educacional necessitam se ampliar, a fim de compreender como deve ocorrer a educação de adultos idosos. Sobre isso, Oliveira et al. (2016, p. 359) observam que:

Diante da especificidade etária, o fato de retomarem os estudos, ou ingressarem na formação inicial da graduação, pode sinalizar vivências de momentos difíceis, muitas vezes acompanhadas de traumas, vergonha e medo de errar, um misto de sentimentos, alguns deles tão fortes que se sobrepõem à vontade de aprender, ou mesmo de arriscar-se a tal. A baixa autoestima, como exemplo, pode impedir que o desenvolvimento natural se instale, ou mesmo que se cumpra o desejo pessoal de vencer as dificuldades provindas das atividades escolares associadas às relações sociais vividas entre diferentes grupos no meio acadêmico.

Em face dessa constatação, é possível analisar que, assim como crianças e jovens têm demandas e características próprias, os idosos também possuem suas peculiaridades, que devem ser consideradas pelo professor no momento do planejamento e na sala de aula. Machado e Behar (2015) salientam que o público em questão demonstrou algumas características particulares durante as intervenções realizadas em aulas de Educação a Distância.

As autoras descrevem que os aspectos do “[...] diálogo, autonomia, resiliência, fluência digital e organização do tempo, além do aspecto afetivo [...]” (Machado & Behar, 2015, p. 138) influenciaram no andamento das aulas, assim como a questão da rotina, pois muitos idosos são aposentados e não seguem um rigor nos horários, o que resultava em faltas nas aulas. Elementos biopsicossociais também podem influenciar no desenvolvimento das competências digitais dos idosos, como possuir uma boa visão e boa memória.

Nesse sentido, Machado e Behar (2015) apontaram a importância da resiliência, a qual ajuda os idosos a superarem as dificuldades do processo. Outra questão são os conteúdos previstos nessas aulas, uma vez que eles devem ser significativos e úteis. Desse modo, para garantir a eficácia do ensino para idosos, é fundamental a formação gerontológica de professores. Como ressaltam Machado e Behar (2015), essa formação não se restringe à área da saúde, sendo essencial também para educadores. Afinal, o professor desempenha um papel

multifacetado, como ensinante, ouvinte e motivador, o que é crucial no processo de ensino e aprendizagem desse público. Insta salientar as observações de Oliveira et al. (2016, p. 360):

[...] O profissional atuante no Ensino Superior, tal qual em outras modalidades de ensino, deve buscar compreender o aluno jovem, adulto ou idoso e acreditar nas possibilidades de cada um, incentivando e acompanhando-o na sua jornada acadêmica, fortalecendo vínculos e buscando constantemente subsídios pedagógicos que melhor orientem sua ação didática [...].

Machado et al. (2016) ressaltam que as interações na velhice se mostram fulcrais para os idosos, uma vez que elas contribuem para o desenvolvimento da imaginação, da memória e das estratégias de comunicação. Pensando nisso, o meio virtual também pode propiciar interações sociais, com isso, faz-se necessário pensar sobre esse novo tipo de relação humana, em específico, para o público idoso.

Como elucida Machado (2019, p. 33), “[...] é importante, cada vez mais, repensar a educação permanente que possa contemplar as mudanças de uma sociedade conectada e tecnológica, e também, as características da velhice [...]”. Dessa forma, é substancial pensar em uma educação que integre, forme para a criticidade e contribua para a intergeracionalidade, a fim de que essa colabore para a constituição do respeito entre as gerações, rompendo com estereótipos ligados ao envelhecimento e ideias que possam ameaçar os direitos de educação, cultura, lazer e aposentadoria da pessoa idosa.

Diante do exposto, instiga-se a necessidade de educadores e pesquisadores pensarem em formas de integrar os idosos para que seus saberes sejam valorizados e que a busca pelo viver bem e melhor não seja suprimida pelos preconceitos e labutas do dia a dia. E, ainda, que as tecnologias digitais possam ser pontes de amizade, afetos e novos aprendizados para esses sujeitos cheios de vida e de história. Por isso, para que esse propósito seja colocado em prática, é essencial criar as competências digitais, pois são elas que irão permitir o desenvolvimento da autonomia e da criticidade no uso diário das ferramentas digitais pela pessoa idosa.

Considerações finais

O aumento na expectativa de vida trouxe um novo cenário social e com ele diferentes demandas à educação, como é o caso da inserção da pessoa idosa no Ensino Superior e o desenvolvimento de competências para sua inclusão no mundo digital.

Esse panorama revela a necessidade de políticas públicas que promovam condições de estudo e acesso a programas e projetos que proporcionem o desenvolvimento de saberes necessários para a pessoa idosa atuar nesse contexto. As UNATIs, então, se apresentam como um projeto potencial para atender a essas especificidades, inclusive formação digital com metodologias e estratégias que visem ao desenvolvimento de CD para o público idoso.

Na perspectiva dos professores que atuam com pessoas idosas, é importante considerar sua formação para trabalhar com as novas demandas sociais e as especificidades desse público, a fim de que haja quebra de estereótipos e preconceitos ligados à idade, como é o caso da ideia de que os idosos não têm conhecimento sobre as tecnologias, ao passo que os jovens são fluentes. Todavia, essa é uma afirmação rígida e, em muitos casos, equivocada, pois muitos idosos procuram a universidade e diferentes cursos para, acima de tudo, se sentirem incluídos e terem acesso a novos conhecimentos, ao mesmo tempo que levam consigo sua história e saberes.

Conclui-se que a adaptação às tecnologias digitais no contexto da educação se torna desafiadora e complexa para todas as gerações, uma vez que ser competente digitalmente não significa apenas ter a técnica para manusear as TIDC, e, portanto, considera-se fundamental que professores, estudantes e a sociedade como um todo se desenvolvam para interagir com conhecimento, habilidades e atitudes críticas diante dessa nova realidade em que a informação tomou outra amplitude. Hoje, a informação pode chegar a todos em tempo e espaço unificados pelo contexto virtual e, assim, estar incluído na cultura digital implica também ter ações que visam à ética do conhecimento.

Referências

- Behar, P. A., Machado, L. R., & Longhi, M. T. (2022). Competências Socioafetivas em Ambientes Virtuais de Aprendizagem: uma discussão do Conceito. *Revista Novas Tecnologias na Educação*, 20(1), 389-398. doi: <https://doi.org/10.22456/1679-1916.126686>
- Bianchini, L. G. B. B., Freitas, P. P., Pizeta, I. M., Proença, M. D. F. B., Taroza, J. M., Silva, E. A. V., ... Carrask, Y. M. P. (2023). Conflitos intergeracionais e a utilização das tecnologias digitais no processo de aprendizagem de estudantes. In *Anais do 26º Encontro de Atividades Científicas*. Londrina, PR. Recuperado de <https://eac.pgsscogna.com.br/anais/educacao-atual.php>.

- Cachioni, M., Delfino, L. L., Yassuda, M. S., Batistoni, S. S. T., Melo, R. C., & Domingues, M. A. R. C. (2017). Bem-estar subjetivo e psicológico de idosos participantes de uma Universidade Aberta à Terceira Idade. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 20(3), 340-352. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/rbgg/a/dw4k4zv6YWRrhQ8mCX6tmCn/?format=pdf&lang=pt>
- Castro, A. F. L., Figueiredo, A. F., Gonçalves, L. C., & Silva, R. R. (2015). A universidade brasileira: da colonização aos dias atuais. *Serviço Social e Realidade*, 24(2), 177-190. Recuperado de <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/2503>
- Chauí, M. (2003). A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, (24), 5-15. Recuperado de <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>
- Fantin, M. (2016). “Nativos e imigrantes digitais em questão”: crianças e competências midiáticas na escola. *Revista Passagens*, 7(1), 5-26. Recuperado de https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/46164/1/2016_art_mfantin.pdf
- Fernandes, G. P. (2020). *Educação para além do tempo: a UNATI como um espaço acadêmico aberto* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá. Recuperado de https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8971038
- Frade, I. C. A. (2025). *Alfabetização digital*. In Glossário Ceale. Recuperado de <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/>
- Freitas, P. P., & Carbello, S. C. (2023). Resgate de memórias em um projeto de extensão: rememorando a infância com idosos. *Revista Cocar*, 18(36), 1-19. Recuperado de <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/5576>
- Gil, A. C. (2017). Como classificar as pesquisas? In A. C. Gil, *Como Elaborar Projetos de Pesquisa* (6. ed., p. 30-40). São Paulo, SP: Atlas.
- Kissaki, P. T., Silva, T. B. L., Ordóñez, T. N., Melo, R. C., Batistoni, S. S. T., Domingues, M. A... Cachioni, M. (2012). O impacto da participação em Universidade Aberta à Terceira Idade no desempenho cognitivo. *Revista Temática Kairós-Gerontologia*, 15(7), 71-87. doi: <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2012v15iEspecial14p71-87>
- Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994. (1994, 4 de janeiro). Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.
- Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996, 20 de dezembro). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República.
- Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. (2003, 1º de outubro). Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022). Brasília, DF: Presidência da República.
- Lei n. 14.423, de 22 de julho de 2022. (2022, 22 de julho). Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões “idoso” e “idosos” pelas

expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente. Brasília, DF: Presidência da República.

- Lima, M. A. (1999). *A gestão da experiência de envelhecer em um programa para a Terceira Idade: a UnATI/UERJ* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Recuperado de <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/168461>
- Lindôso, Z. C. L., Cammarota, M. P., Argimon, I. I. L., Gomes, I., & Schwanke, C. H. A. (2011). Percepção subjetiva de memória e habilidade manual em idosos de uma oficina de inclusão digital. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 14(2), 303-317. doi: <https://doi.org/10.1590/S1809-98232011000200011>
- Lopes, P. (2023). *A música na terceira idade: reflexões acerca das representações sociais de idosos da UNATI-UEM sobre as experiências vivenciadas em um contexto de educação permanente e não formal* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá. Recuperado de <https://ppe.uem.br/teses-e-dissertacoes-1/teses-1/2023/2023-paulo-lopes.pdf>
- Machado, L. R. (2019). *Modelo de Competências Digitais para M-Learning com foco nos idosos (MCDMSÊNIOR)* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/194548/001093856.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Machado, L. R., & Behar, P. A. (2015). Educação a Distância e *Cybersênior*s: um foco nas estratégias pedagógicas. *Educação e Realidade*, 40(1), 129-148. doi: <https://doi.org/10.1590/2175-623645563>.
- Machado, L. R., Grande, T. P. F., Behar, P. A., & Luna, F. M. R. (2016). Mapeamento de competências digitais: a inclusão social dos idosos. *ETD - Educação Temática Digital*, 18(4), 903-921. doi: <https://doi.org/10.20396/etd.v18i4.8644207>
- Martin, M. (2008). Teoría de las generaciones de Ortega y Gasset: una lectura XXI. *Tiempo Y Espacio*, 20(17), 98-100. Recuperado de <https://www.ubiobio.cl/miweb/webfile/media/222/Tiempo/2008/07%20Marco%20Martin%20articulo%20pag%2098-110.pdf>
- Moresco, S. F. S. & Behar, P. A. (2013). Domínio Cognitivo em Piaget. In P. A. Behar (Org.), *Competências e Educação a Distância* (p. 81-106). Porto Alegre, RS: Penso.
- Oliveira, L. L., Sarraipo, M. A. S., Salles, R. R., Leão, M. A. B. G., Castro, M. A. C. D., & Pacheco, M. M. D. R. (2016). A presença do idoso no Ensino Superior brasileiro e os rumos dos modelos de ensino-aprendizagem. *Revista Perspectivas do Desenvolvimento: um enfoque multidimensional*, 4(5), 346-365. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/perspectivasdodesenvolvimento/article/view/18847>
- Paula, M. F. (2016). Os idosos do nosso tempo e a impossibilidade da sabedoria no capitalismo atual. *Serviço Social & Sociedade*, (126), 262-280. doi: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.068>

- Perrenoud, P. (1999). *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Prensky, M. (2001). Nativos Digitais, Imigrantes Digitais (R. M. J. Souza, Trad.). *NCB University Press*, 9(5). Recuperado de <https://mundonativodigital.wordpress.com/wpcontent/uploads/2015/06/texto1nativosdigitaisimigrantesdigitais1-110926184838-phpapp01.pdf>
- Santos, S. S. C. (2010). Concepções teórico-filosóficas sobre envelhecimento, velhice, idosos e enfermagem gerontogeriatrica. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 63(6), 1035-1039. doi: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672010000600025>
- Schneider, R. H., & Irigaray, T. Q. (2008). O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. *Estudos de Psicologia*, 25(4), 585-593. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000400013>
- Silva, K. K. A., & Behar, P. A. (2019). Competências Digitais na Educação: uma discussão acerca do conceito. *Educação em Revista*, 35, 1-32. doi: <https://doi.org/10.1590/0102-4698209940>
- Silva, N. P., Cachione, M., & Lopes, A. (2012). Velhice, Imagem e Aparência: a experiência de idosos da UnATI EACH-USP. *Revista Temática Kairós-Gerontologia*, 15(14), 235-257. doi: <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2012v15iEspecial14p235-257>
- Simões, C. C. S. (2016). Breve histórico do processo demográfico. In A. H. Figueiredo (Org.), *Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI* (p. 39-73). Rio de Janeiro, RJ: IBGE. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97884.pdf>
- Slodkowski, B. K., Akazaki, J. M., Machado, L. R., & Behar, P. A. (2021). Autoria e competência digital de idosos: uma revisão sistemática da literatura acerca dos conceitos. *Educar Mais*, 5(4), 805-820. doi: <https://doi.org/10.15536/reducarmais.5.2021.2452>
- Slodkowski, B. K., Machado, L. R., & Behar, P. A. (2022). Competências digitais de idosos: um foco na construção de materiais digitais. *Acta Scientiarum. Education*, 44, 1-12. doi: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v44i1.54325>
- Tarallo, R. S., Neri, A. L., & Cachioni, M. (2017). Atitudes de idosos e de profissionais em relação a trocas intergeracionais. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 20(3), 423-431. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-22562017020.160194>
- Tozoni-Reis, M. F. C. (2010). A contribuição da Sociologia da educação para a compreensão da educação escolar. *Sociologia da Educação*, UNESP/UNIVESP. Recuperado de <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/169/3/01d09t03.pdf>
- Universidade Estadual de Maringá. (2009, 14 de dezembro). *Resolução COU n. 034/2009, de 14 de dezembro de 2009*. Aprova criação da UNATI/UEM e adota outras providências. Maringá, PR: Conselho Universitário, UEM. Recuperado de <http://www.scs.uem.br/2009/cou/034cou2009.htm>
- Universidade Estadual de Maringá. (2023). *Projeto Pedagógico da Universidade Aberta à Terceira Idade*. Recuperado de: http://www.scs.uem.br/2023/cep/016cep2023_arquivos/ppc_unati_2023.pdf

Vellas, P. (2009). *As Oportunidades da Terceira Idade* (C. Stieltjes e R. Taam, Trad.). Maringá: Eduem.

Recebido: 31/01/2025

Aceito: 18/05/2025

Publicado: 22/12/2025

NOTA:

As autoras foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.